

Biblioteca pública e sociedade:

espaços de interação social e empoderamento

Maria Cleide Rodrigues Bernardino

Como citar: BERNARDINO, M. C. R. Biblioteca pública e sociedade: *espaços de interação social e empoderamento*. In: SILVA, R. C.; CALDAS, R. F. (org.).

Bibliotecas e hibridez. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 137-164.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-88-0.p137-164>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

BIBLIOTECA PÚBLICA E SOCIEDADE: ESPAÇOS DE INTERAÇÃO SOCIAL E EMPODERAMENTO

1 INTRODUÇÃO

Tradicionalmente, a biblioteca é a instituição habilitada para registrar, organizar, analisar, representar e disseminar a informação de forma que permita a sua recuperação. Quando se pensa no contexto da sociedade da informação, essas características são potencializadas com as competências tecnológicas condizentes com as demandas sociais.

A informação, nos últimos anos, em se tratando de sociedade da informação, incorporou aspectos de efemeridade e urgência permeados pelo paradigma da tecnologia da informação (CASTELLS, 2009), que assume algumas características fundamentais como: o entendimento da informação como sua matéria-prima; a informação como parte integrante de toda atividade humana; o predomínio das redes de compartilhamento; a flexibilidade e o desenvolvimento tecnológico. Pensar esses aspectos no contexto das bibliotecas públicas, mesmo com todas as dificuldades que essas enfrentam, que envolvem questões de gestão e manutenção de serviços, dentre outras, é pensar um ambiente informacional que precisa se reinventar perante as demandas modernas.

É importante ressaltar que, para a compreensão dessas questões, é fundamental o entendimento da imagem da biblioteca pública perante a sociedade. Essa imagem é resultado de estereótipos, falta de investimentos, de bibliotecários e de políticas públicas. Outro aspecto relevante é o lugar que ocupa o usuário da informação nestas bibliotecas. O usuário compõe a dimensão ambiental específica, sendo fundamental, o estudo de seu comportamento e percepções, principalmente, a percepção que ele tem sobre a biblioteca pública (BERNARDINO, 2013).

A discussão sobre a imagem organizacional da biblioteca pública é um aspecto importante para se entender questões voltadas para a atuação local desse equipamento, principalmente no que diz respeito aos aspectos de interação social e empoderamento da comunidade local e da biblioteca. Esta imagem é construída a partir da percepção das pessoas sobre a biblioteca pública e envolve todos os atores que atuam diretamente com a organização e suas dimensões de ambiente geral, como bibliotecários, auxiliares, funcionários de um modo geral, usuários e comunidade não usuária. Para se construir a imagem da organização da biblioteca, é necessário, primeiramente, estudar os ambientes dimensionais que a envolve e “[...] verificar seu estado corporativo no que se refere às três variáveis corporativas” (VILLAFANE, 1998, p. 43), são elas: a autoimagem, a imagem intencional e a imagem funcional. Este estudo é previsto no planejamento da unidade de informação que define a orientação estratégica da gestão da biblioteca pública.

A gestão estratégica de uma organização como uma biblioteca pública começa obrigatoriamente pela definição da melhor estratégia para o cumprimento dos seus objetivos. Ela deve se comunicar de forma

integrada com a política da instituição. (BERNARDINO; SUAIDEN; CUEVAS-CERVERÓ, 2015, p. 7).

A orientação estratégica deve focar na imagem corporativa da biblioteca, que vai, por sua vez, envolver questões voltadas à comunicação e o relacionamento da instituição com a sua comunidade, que criará a reputação corporativa da organização. Argenti e Forman (2002) afirmam que a reputação corporativa é definida a partir dos conceitos de identidade corporativa e de imagem corporativa. Para os autores, a reputação de uma organização depende da identidade dessa organização, da coerência estabelecida entre as imagens percebidas pelos diferentes grupos que se relacionam com a empresa nas diferentes dimensões ambientais e pelo alinhamento entre a identidade e a imagem percebida.

Para constituir a biblioteca como espaços de interação social e empoderamento local é preciso, primeiramente, realizar a auditoria da imagem corporativa da biblioteca. Para Villafañe (1998, p. 48) a auditoria de imagem é “Um procedimento para a identificação, análise e avaliação de recursos de imagem de uma entidade, [...] melhorar os seus resultados e fortalecer o valor de sua imagem pública”.

A auditoria auxilia no conhecimento e reconhecimento dos fatores internos e externos da biblioteca, da comunidade e de suas potencialidades para, por fim, traçar estratégias de atuação centrada no usuário. Sobre a auditoria, Bernardino, Suaiden e Cuevas-Cerveró (2015, p. 8) afirmam que será uma “[...] espécie de radiografia e facilitará o posicionamento da organização no mercado. [...] determinará o seu posicionamento perante a sociedade da informação”.

Assim, de posse do relatório da auditoria, a gestão construirá um documento norteador para os produtos e serviços oferecidos, sem esquecer de incorporá-los ao dia-a-dia da sua comunidade, ou seja, conhecer suas potencialidades e trazê-los para junto da biblioteca não somente como consumidores, mas como produtores de serviços e informação. Dessa forma, estabelece-se conexões entre a comunidade usuária a biblioteca e institui-se um relacionamento mais íntimo e forte, produzindo, nesta comunidade, o sentimento de pertença. E será o estado de pertencimento local da comunidade usuária com a biblioteca pública que construirá as diretrizes do empoderamento, tanto da comunidade, como da própria biblioteca.

O entendimento de território dá-se a partir da valorização do espaço, no caso a biblioteca pública, e do reconhecimento deste ambiente como pertença da própria comunidade. Como resultado, tem-se um equipamento público empoderado, por estar legitimado pela sua comunidade, e, por sua vez, essa mesma comunidade sente-se empoderada por estar incorporada ao espaço.

Para lograr êxito é necessária a compreensão da biblioteca como um espaço democrático de construção de saberes, formado pelos diferentes atores sociais, uma gestão participativa e em diálogo constante com a comunidade.

2 BIBLIOTECA PÚBLICA, PERTENCIMENTO E EMPODERAMENTO LOCAL

Entende-se as bibliotecas públicas como espaços democráticos voltados para o desenvolvimento de atividades culturais, informacionais, educacionais e de interação com a

comunidade usuária. Como um espaço democrático, necessita estar em contínuo diálogo com a comunidade.

É preciso também entendê-las como espaços híbridos. Sobre espaços híbridos, Santos (2008, p. 192) afirma que esses se constroem a partir

[...] do entrelaçamento das instâncias comunicacionais presenciais, estabelecidas a partir da existência física, concreta, face-a-face, e virtuais, instituídas em determinados ambientes em redes de comunicação digitais.

No caso das bibliotecas, o conceito está atrelado à disponibilização de diferentes documentos em formatos variados e a interface entre eles. Em se tratando das bibliotecas públicas, além do acervo, essa diversidade também se observa na comunidade usuária e nas relações entre a biblioteca e os usuários. Silva (2017, p. 24) conclui que sob esse viés

[...] a híbridez, enquanto perspectiva de inclusão sociocultural, participa de tal transição na medida em que volta o trabalho das bibliotecas públicas para a gestão da informação baseada no desenvolvimento de comunidades.

A autora afirma que em ambientes assim possibilita-se o exercício da democracia.

O empoderamento é um viés previsto dentro das relações estabelecidas a partir das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Gaved e Anderson (2006 apud SANTOS, 2008, p. 117),

[...] definem três estruturas chave independentes para o estabelecimento e sustentabilidade de iniciativas envolvendo TIC: (1) recursos financeiros, (2) empoderamento comunitário e impacto

socioeconômico, e (3) operações eficientes e sistemas de suporte.

Sobre o empoderamento comunitário, aspecto que se aborda de maneira mais amiúde neste trabalho, envolve tanto questões individuais quanto coletivas. Empoderar é reconhecer as habilidades e conhecimentos da comunidade, e é instrumentalizado pelas estratégias de interação e atuação local. Costa (2000, p. 42) afirma que o

Empoderamento é o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações e as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir.

Tomar controle, reconhecer-se como parte dessas engrenagens, tomando consciência de suas potencialidades, habilidades e conhecimentos. E como isso se dá no universo das bibliotecas públicas? Tanto do ponto de vista individual como coletivo, em que se incorporam movimentos sociais ou instituições, os parâmetros para o empoderamento a partir da construção, primeiramente, de uma autoimagem positiva, que conduzirá a uma imagem corporativa, no caso das organizações; no desenvolvimento de habilidades de autorreflexão crítica; parâmetros que levem à consciência e coesão de grupo; e condições que fortaleçam a tomada de decisões coletivas e uma ação estratégica.

Para as bibliotecas públicas, é o olhar para dentro e para fora. Olhar suas condições, estrutura, autoconhecimento e para o seu entorno. O empoderamento se dará alicerçado aos aspectos de transformação social. Sobre como o empoderamento pode se manifestar nas comunidades, Oakley e Clayton (2003, p. 12, grifo meu) afirmam que,

De forma concreta, o empoderamento pode se manifestar em três grandes áreas: o poder como **maior confiança na capacidade pessoal** para levar adiante algumas formas de ação; o poder como **aumento das relações efetivas** que as pessoas desprovidas de poder podem estabelecer com outras organizações; o poder como resultado da **ampliação do acesso** aos recursos econômicos, tais como crédito e insumos.

Tomando emprestado o pensamento de Oakley e Clayton (2003), afirma-se que, ao conhecer a comunidade e suas potencialidades, gera-se maior confiança na capacidade individual e coletiva do grupo; que, com o aumento das relações afetivas do grupo, estabelece-se relações da biblioteca com a sua comunidade; e que isso leva à ampliação do acesso aos recursos, incluindo os informacionais, que levam a muitos outros. É a partir da construção de uma política de territorialidade que se constrói os parâmetros de empoderamento da biblioteca pública como organização e da sua comunidade.

E isto será possível a partir do reconhecimento das potencialidades e realidades locais que contribua para a promoção humana, integrando culturas e claro, promovendo o empoderamento dos grupos que compõem a comunidade usuária. Esta ação incentivará o desenvolvimento econômico e social da comunidade usuária. (BERNARDINO, 2017, p. 120).

De posse das informações, constrói-se a política de atuação local com o objetivo de empoderar o equipamento público e a sua comunidade. Essa política não pode deixar de lado os parâmetros de territorialidade social e, sobretudo,

a incorporação de um novo conceito de biblioteca pública no contexto da sociedade da informação.

Jaramillo e Montoya Ríos (2005) já chamavam a atenção para a revisão conceitual da biblioteca pública, mais voltada para as demandas modernas da sociedade. Para as autoras, este novo conceito deve englobar de forma articulada a missão social e cultural da biblioteca pública. Jaramillo e Montoya Ríos (2005) propõem que a biblioteca pública seja espaço de formação da identidade individual, com suas funções alicerçadas na criação de estratégias que possibilitem aos usuários o exercício da cidadania, através do acesso à informação, construção do conhecimento, participação social, acesso à cultura e à educação, e participação colegiada.

Assim, pensa-se na biblioteca como um espaço amplo e democrático, com um forte potencial para a realização de intervenções sociais que possam contribuir de forma direta ou indireta para a melhoria da qualidade de vida da sua comunidade. Essa é uma concepção que coaduna fortemente com os aspectos relativos ao estado de pertencimento da comunidade usuária e de empoderamento.

Alicerçada na sociedade da informação, a biblioteca pública está pautada no paradigma tecnológico e social. Neste aspecto, Bernardino (2018, p. 2553) conclui que,

[...] é crucial que a sociedade, em seus mais diversos segmentos de atuação, possa consolidar uma política que garanta ao cidadão o acesso à informação e ao conhecimento. Neste sentido, a biblioteca pública como uma instituição que produz, processa, armazena e dissemina a informação e que atua no contexto social, político, econômico, comunicacional e profissional, pode e deve construir uma política de atuação local, voltada para

o estabelecimento de relações entre a comunidade e a biblioteca. Essa relação garantirá a interação entre o conhecimento armazenado e disposto no acervo físico ou não da biblioteca e a sua comunidade usuária.

Esta é uma decisão da gestão da biblioteca pública. Pensando nos aspectos de territorialidade e compreendendo o moderno conceito de bibliotecas híbridas que, além da relação direta com o suporte e tipo de acervo disponibilizado, também seja alicerçado nas relações sociais com a sua comunidade, que garanta que essa participe das decisões da biblioteca como organização, já que esta irá incidir sobre a própria comunidade.

3 PARADIGMA TECNOLÓGICO E SOCIAL DA BIBLIOTECA PÚBLICA NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Suaiden (2000) observou que o processo de globalização exige das bibliotecas públicas a adoção de um modelo de desenvolvimento sustentável, pautado nos paradigmas tecnológico e social. Dentre as estratégias, é preciso “[...] criar uma interação adequada com a comunidade e implantar produtos que de fato facilitem o acesso à Sociedade da Informação” (SUAIDEN, 2000, p. 57).

A integração das práticas, serviços, relacionamento, políticas e ações culturais alinhada às TIC e ao paradigma social. Aliás, é importante ressaltar que, conforme pontua Meneses-Tello (2013), a base teórica do paradigma social é a relação existente entre biblioteca e sociedade.

Diferenciar uma biblioteca pública como instituição ou agência com perspectiva

sociológica tem importância porque ambos os conceitos denotam um nível no marco da estrutura social. (MENESES-TELLO, 2013, p. 157).

O paradigma tecnológico em que se abriga a sociedade da informação é elemento essencial para a sobrevivência das bibliotecas públicas. Entretanto, é importante ressaltar que não se pode ser ingênuo e acreditar que a tecnologia resolverá todos os problemas das bibliotecas públicas brasileiras. Não quando ainda há uma distância muito grande, em se tratando do panorama das bibliotecas públicas, entre essas instituições e as condições ideais de atuação na sociedade.

Castells (2009) questionava a falta de controle técnico ou político do uso da internet, e que a rede não substitui as relações sociais da sociedade real. Outro aspecto que se pontua aqui é o fato de que não há uma universalização da tecnologia nas bibliotecas públicas. Pelo contrário, há uma grande lacuna que, infelizmente, coloca as bibliotecas no que se pode chamar de ostracismo.

Este ponto precisa ser levado em consideração. Há uma necessidade veemente da biblioteca posicionar-se politicamente, exigindo de seu mantenedor, recursos imprescindíveis para a sua sobrevivência na sociedade da informação. Machado, Elias Júnior e Achilles (2014, p. 119) afirmam que,

[...] o termo qualificador 'público', aplicado às bibliotecas é utilizado também na sua concepção ampliada que desloca o 'público' de um espaço institucional e delimitado ao Estado, para outro bem mais fluido, construído a partir de ações coletivas e cotidianas.

Nesse sentido, os autores afirmam que esse termo

agrega valor de compartilhamento do espaço informacional. O que significa que a biblioteca pode e deve congrega ações integradas que envolvam educação, cultura, lazer, política etc., com atividades feitas e voltadas para a sua comunidade.

[...] nesse caso a biblioteca pública não se restringe a instituição estatal, propriedade que faz parte integrante do Estado. Estas bibliotecas se reconhecem como espaços públicos de cultura e educação e são criadas e mantidas por pessoas, coletivos ou instituições privadas, sem fins lucrativos, comprometidas com suas comunidades. (MACHADO; ELIAS JÚNIOR; ACHILLES, 2014, p. 119).

Isto significa pensar a biblioteca em sua amplitude, articulando sua missão, função, objetivo estratégico, imagem organizacional, política de empoderamento local com os elementos constituintes da configuração social moderna, presentes nas suas funções social, educativa, cultural e política, e a sociedade da informação e as TIC.

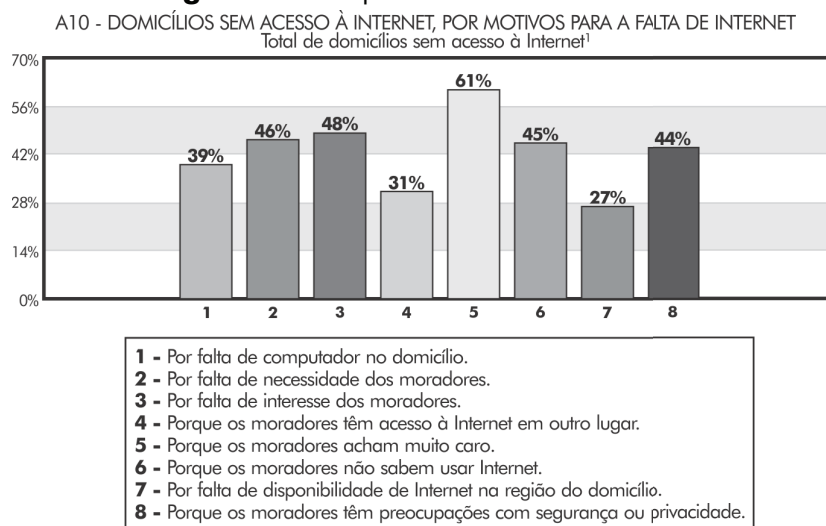
Para adaptar-se à realidade brasileira, as bibliotecas públicas ou usam a criatividade, uma gestão próxima da comunidade, construindo interrelações e pautadas nos paradigmas social e tecnológico, ou estão fadadas ao esquecimento. A facilidade com que a internet abre espaço para a informação no ambiente doméstico e particular pode ser um elemento preocupante para a sobrevivência das bibliotecas públicas. Porém, estudos sobre o acesso à internet apontam ainda para uma exclusão digital.

A expansão e a inevitabilidade da internet tornam mais dramáticas as evidências, recorrentemente destacadas em diversos estudos, tanto em países desenvolvidos quanto em desenvolvimento, indicando que

as desigualdades do acesso e dos diversos tipos de usos da internet e das outras TICS acompanham de perto as desigualdades sociais. Exclusão social ou exclusão digital passam a ser termos intercambiáveis, pois estão altamente correlacionados, constituindo aspectos de um mesmo problema. (OLINTO, 2010, p. 79).

Segundo dados da Pesquisa TIC Domicílios de 2018¹, realizada pelo Comitê Gestor da Internet (CGI.br), 27% dos brasileiros ainda não tem acesso à internet e esse percentual é ainda maior entre as classes D e E, que chega a 50%. A biblioteca pode ser o local de acesso para esses usuários, desde que tenha um planejamento voltado para políticas de territorialidade e empoderamento da comunidade usuária.

Figura 1 - Pesquisa TIC Domicílios 2018



¹ Fonte: CGI.br/NIC.br, Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros - TIC Domicílios 2018.
Fonte: Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br).

Fonte: CETIC.BR, 2018.

¹ Disponível em: http://data.cetic.br/cetic/explore?idPesquisa=TIC_DOM
Acesso em: 28 ago. 2019.

Apesar dos números, a gestão não deve centrar esforços apenas nas questões relacionadas ao acesso à internet. É preciso pensar estratégias que respondam às funções educacional, cultural, política e social da biblioteca. Essas estratégias devem estar descritas na política de atuação local voltada para o pertencimento e empoderamento.

A biblioteca pública tem um compromisso social com a sua comunidade. Compromisso esse que está em consonância com a missão e função social da biblioteca pública, na oferta de serviços e produtos informacionais de qualidade, na interação com a sua comunidade usuária. Um espaço compartilhado para a construção de saberes, um local de apropriação de conhecimento.

Neste sentido, entender a biblioteca pública como um espaço que é público, é mais do que nunca, considerar que a mesma é o resultado de um conjunto de relações que convergem para a conformação desse espaço. As bibliotecas públicas, não são espaços vazios nos quais indivíduos e coisas (registros gráficos do conhecimento, em particular) são alocados para atender a determinadas funções que a elas são atribuídas, mas o resultado de um conjunto de relações entre elementos (sujeitos e objetos) que conformam uma espécie de configuração, repleta de conflitos e tensões, em que os papéis atribuídos a biblioteca pública, enquanto uma instituição social, e as apropriações que os diversos sujeitos fazem desses espaços estão em constante diálogo. (MACHADO; ELIAS JÚNIOR; ACHILLES, 2014, p. 119, grifo meu).

Diálogo com a comunidade é a palavra de ordem. E, como todo espaço democrático, deve ter suas atividades pautadas nas demandas sociais da sua comunidade,

atendendo às funções que desempenha na sociedade. Ofertar atividades voltadas à cultura, ao lazer, ao aprendizado contínuo, ser um espaço político e de reflexão, é o que se espera da biblioteca pública do Século XXI. Ela atua como uma extensão da própria sociedade.

4 O DESAFIO DA BIBLIOTECA PÚBLICA DO SÉCULO XXI

Valentim (2016, p. 19) chama a atenção que o atual contexto econômico, social e tecnológico “[...] impõe mudanças significativas no modo de atuação das bibliotecas, por essa razão” e que por isso “[...] é necessário ampliar os papéis e as responsabilidades, inovando constantemente e promovendo mudanças incrementais e/ou radicais”. Luís Milanesi (2013) também reporta a necessidade de se ‘incrementar’ a função básica da biblioteca pública, que é prestar informações à comunidade, com novos recursos.

A preocupação da biblioteca pública brasileira no Século XXI vai além do seu acervo. É a apropriação dos espaços, é a democratização do saber, é a interação com a sua comunidade. O acervo é apenas um veículo que auxiliará em todo esse processo. Porém, um coadjuvante neste cenário que tem a própria biblioteca e a sua comunidade como atores principais.

Existem três documentos que a biblioteca pode ter como base para uma atuação efetiva na sociedade, o primeiro é o ‘Manifesto da UNESCO para bibliotecas públicas’ (1994); o segundo são as ‘Diretrizes da IFLA para bibliotecas públicas’ (2012); e o terceiro a ‘Agenda 2030’ (2015) da Organização das Nações Unidas (ONU).

○ Manifesto traz, além da descrição da biblioteca

pública e seu papel na sociedade, a defesa do direito ao acesso à informação para qualquer pessoa, sem qualquer discriminação. Orienta quanto a missão, elencando 12 missões-chave, relacionadas diretamente com a informação, a alfabetização, a educação e a cultura; quanto ao financiamento, legislação e redes de bibliotecas; e quanto ao funcionamento e gestão. O documento reconhece a biblioteca pública como

[...] porta de acesso local ao conhecimento - fornece as condições básicas para uma aprendizagem contínua, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES DE BIBLIOTECAS; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1994, online).

É importante ressaltar que, a primeira versão do Manifesto foi publicada em 1949 e que destacou a função da biblioteca pública em relação ao ensino, caracterizando como centro de educação popular. Em 1972, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), publica a segunda versão do Manifesto sintetizando como suas funções educação, cultura, lazer e informação. A terceira versão foi publicada em 1994 a partir das discussões sobre a sociedade da informação e suas implicações para o universo das bibliotecas públicas. Assim, o texto enfatiza o compromisso da biblioteca pública para com a democratização do acesso às novas tecnologias de informação (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2010).

O segundo documento citado é uma revisão da edição de 2001 do *'The public library service: IFLA/UNESCO guidelines*






for development' da Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas (IFLA). Traz a informação como um direito e

A biblioteca pública é o ponto e acesso, principal e dinâmico, da comunidade, estruturada para responder de modo proativo a uma multiplicidade de necessidades de informação que estão sempre em mudança. (KOONTZ; GUBBIN, 2012, p. ix).

Com relação ao terceiro documento citado - vale ressaltar que a IFLA juntamente com diversas organizações da sociedade civil auxiliou na criação e revisão do texto base do documento -, e publicou, em 2015, um programa de ação da IFLA para o desenvolvimento através das bibliotecas intitulado 'As bibliotecas e a implementação da Agenda 2030 da ONU'. Trata-se de um conjunto de estratégias que atualiza e substitui o '*Toolkit: Libraries and the UN post-2015 development agenda*' também de 2015 (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES DE BIBLIOTECAS, 2015).

A Agenda 2030 da ONU conta com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para transformar o mundo, e a biblioteca, como organização alicerçada nos paradigmas social e tecnológico, está comprometida com essa pauta. No quadro a seguir, elenca-se as recomendações da IFLA e da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB) para as bibliotecas trabalharem a Agenda 2030.






Quadro 1 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as Bibliotecas

OBJETIVOS	DESCRIÇÃO DA ODS	AS BIBLIOTECAS APOIAM ESSE OBJETIVO MEDIANTE A PROVISÃO DE
 <p>1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA</p>	<p>Acabar com a pobreza em todas as formas, em todos os lugares.</p>	<p>Acesso público à informação e recursos que geram oportunidades para melhorar a vida das pessoas; capacitação para adquirir novas habilidades necessárias para a educação e o emprego; informação para apoiar o processo de tomada de decisões para combater a pobreza por parte dos governos, sociedade civil e do setor empresarial.</p>
 <p>2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL</p>	<p>Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.</p>	<p>Pesquisas e dados agrícolas para que os cultivos sejam mais produtivos e sustentáveis; Acesso público para produtores agrícolas a recursos em rede, como, por exemplo, preços de mercado local, informes meteorológicos e novos equipamentos.</p>
 <p>3 SAÚDE E BEM-ESTAR</p>	<p>Assegurar a vida saudável e promover o bem-estar para todos em todas as idades.</p>	<p>Pesquisas disponíveis em bibliotecas médicas e hospitalares que apoiem a educação e melhorem a prática médica dos provedores de cuidados médicos; Acesso público a informação sobre saúde e bem-estar nas bibliotecas públicas para contribuir com que todas as pessoas e famílias sejam saudáveis.</p>
 <p>4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE</p>	<p>Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.</p>	<p>Equipes dedicadas que apoiem a educação na primeira infância (educação continuada); Acesso à informação e a pesquisa para estudantes em todo o mundo; Espaços inclusivos onde os custos não sejam uma barreira para adquirir novos conhecimentos e habilidades.</p>
 <p>5 IGUALDADE DE GÊNERO</p>	<p>Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas</p>	<p>Espaços de encontro seguros e agradáveis; Programas e serviços pensados para satisfazer as necessidades de mulheres e meninas como direito e saúde; Acesso à informação e tecnologias que permitam as mulheres desenvolver habilidades no mundo dos negócios.</p>

(Continua...)

<p>6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO</p> 	<p>Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos</p>	<p>Acesso à informação de qualidade sobre boas práticas que permitam desenvolver projetos locais de gestão da água e saneamento.</p>
<p>7 ENERGIA ACESSÍVEL E LIMPA</p> 	<p>Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.</p>	<p>Acesso livre e seguro a eletricidade e iluminação para ler, estudar e trabalhar.</p>
<p>8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO</p> 	<p>Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.</p>	<p>Acesso à informação e capacitação para desenvolver habilidades que as pessoas necessitem para encontrar melhores postos de trabalhos, candidatar-se a eles e ter sucesso em melhores empregos.</p>
<p>9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA</p> 	<p>Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.</p>	<p>Uma ampla estrutura de bibliotecas públicas, especializadas e universitárias e com profissionais qualificados; Espaços agradáveis e inclusivos; Acesso a TI C, como por exemplo, com internet de alta velocidade que não se encontra disponível em todo lugar.</p>
<p>10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES</p> 	<p>Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles</p>	<p>Espaços neutros e agradáveis que permitam a aprendizagem para todos, incluindo os grupos marginalizados, como os imigrantes, os refugiados, as minorias, os povos indígenas e pessoas com deficiência; Acesso equitativo à informação que promova a inclusão social, política e econômica.</p>
<p>11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS</p> 	<p>Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis</p>	<p>Instituições confiáveis dedicadas a promover a inclusão e o intercâmbio cultural; Documentação e conservação do patrimônio cultural para as futuras gerações.</p>
<p>12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS</p> 	<p>Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis</p>	<p>Um sistema sustentável de intercâmbio e circulação de materiais que reduza a geração de resíduos.</p>

(Continua...)

<p>13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA</p> 	<p>Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos</p>	<p>Registros históricos sobre mudanças costeiras e utilização da terra; Pesquisa e produção de dados necessários para elaboração de políticas de mudanças climáticas.</p>
<p>14 VIDA NA ÁGUA</p> 	<p>Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável</p>	<p>Acesso difundido para informações necessárias para orientar os tomadores de decisão por parte dos governos locais ou nacionais sobre temas como: caça, pesca, uso da terra e gestão da água.</p>
<p>15 VIDA TERRESTRE</p> 	<p>Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade</p>	
<p>16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES</p> 	<p>Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis</p>	<p>Acesso público à informação sobre governo, a sociedade civil e outras instituições; Capacitação nas habilidades necessárias para compreender e utilizar esta informação; Espaços inclusivos e politicamente neutros para que as pessoas possam reunir-se e organizar-se.</p>
<p>17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO</p> 	<p>Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável</p>	<p>Uma rede de instituições baseadas nas comunidades que formam os planos de desenvolvimento locais.</p>

Fonte: IFLA/FEBAB, 2015².

² Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/hq/topics/libraries-development/documents/sdgs-insert-pt.pdf> Acesso em: 29 ago. 2019.

Cada uma dessas recomendações coaduna com o entendimento da biblioteca pública no Século XXI sobre as suas responsabilidades perante as transformações sociais, econômicas, políticas e tecnológicas dos últimos tempos.

A biblioteca pública é essencial para fomentar a cidadania e, assim, consolidar a democracia de um país. Ela se constitui em um espaço democrático, cujas diferenças sociais, econômicas e culturais são amenizadas. Por essa razão, é um importante aparelho cultural que deve ser fomentado, apoiado e subsidiado por políticas públicas fortes que a fortaleça. (VALENTIM, 2016, p. 23).

Entretanto, o desafio é maior para as bibliotecas públicas quando se pensa nas condições destas na sociedade. Ainda há muito o que avançar. Melhorar em infraestrutura, em contratação de bibliotecários e, sobretudo, na implementação de políticas públicas que favoreçam a manutenção das bibliotecas públicas e a sua democratização.

A quarta edição da pesquisa Retratos da Leitura apresenta, entre outros aspectos, a motivação para se ler e apresenta gráfico em que aponta que apenas 8% dos leitores encontram nas bibliotecas públicas o lugar ideal.

Figura 2 - Pesquisa Retratos da Leitura - Lugares para ler

Fonte: Failla (2016, p. 198).

Além da infraestrutura tecnológica com equipamentos diversos para o acesso à informação a todas as pessoas, é preciso que uma política de atuação que englobe todas as funções da biblioteca, orientada pelos paradigmas social e tecnológico. Essa política deve prever a participação efetiva da comunidade usuária através de estratégias que aproximem os ODS dos objetivos, missão e funções da biblioteca.

O perfil das bibliotecas contemporâneas é apresentado por Valentim (2016) como local de acesso à informação local e remoto através de catálogos e bases de dados; espaço de armazenamento de conteúdos eletrônicos e digitais; como um ambiente híbrido composto por mídias, suportes e conteúdos impressos, eletrônicos e digitais; local de preservação de conteúdos através da digitalização; ambiente de desenvolvimento de competência em informação com enfoque

na aprendizagem; espaço que valorize a interatividade e ao uso da biblioteca; local de interação entre o usuário e a informação e de produção de informação dentre outros.

A integração das atividades às necessidades da comunidade usuária se dará a partir do conhecimento por parte da gestão da biblioteca pública, da sua comunidade. É traçar diretrizes que auxiliem no atendimento aos objetivos e perfil da biblioteca do século XXI, totalmente integrada às TIC, aos paradigmas social e tecnológico e às funções da biblioteca.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal, em se tratando das bibliotecas públicas contemporâneas, é pensar em um modelo que atenda às necessidades de sua comunidade usuária. Um espaço que acolha seus mais diferentes usuários. Pensar um espaço democrático de compartilhamento de saberes, de exercício da cidadania plena de seus usuários. É pensar na biblioteca pública como ambiente agradável que contemple expectativas e que reafirme diariamente que o acesso à informação é um direito. Um espaço de cultura, de arte, de lazer, acessível a todos, e que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

A biblioteca na sociedade da informação pressupõe um conjunto de atividades que imbricadas às TIC e com ações integradas e dinâmicas, a transforme em um espaço agradável, de socialização e reconfigurado a partir de ações coletivas.

Aliás, a palavra de ordem é coletividade. A biblioteca pública carrega em seu nome uma configuração que lembra a

quem atende: todos. A todos, sem discriminação de qualquer espécie. O mais interessante é que a biblioteca pública pode ser um local representativo das potencialidades e habilidades da sua comunidade.

A escolha da implementação da política de território local de atuação é uma decisão estratégica, que com o devido monitoramento se constitui em possibilidades de pertencimento da comunidade usuária para com a biblioteca e de empoderamento. A pergunta a se fazer é: como empoderar uma biblioteca pública que, mesmo em pleno Século XXI, ainda está aquém do que espera de uma biblioteca na era da sociedade de informação? Sim, está longe de estar preparada para o que a sociedade espera, pois, politicamente, ainda depende da vontade de governantes e do entendimento acerca de sua importância na sociedade.

Através do engajamento político, é possível a implantação e a implementação de políticas públicas, além da promoção do diálogo com a comunidade, sobretudo, integrando a biblioteca ao seu público. A informação, principal matéria-prima da biblioteca, é a base da ação da coletividade, sendo, portanto, imprescindível que haja relacionamento entre a biblioteca e a sua comunidade usuária, de forma que contribua, efetivamente, para a apropriação, construção e transmissão de conhecimentos.

É importante que a sociedade possa participar, cobrar ações e interferir diretamente na gestão dos serviços da biblioteca pública. A biblioteca pública tem em sua concepção conceitual um entendimento de espaço de guarda da memória e do patrimônio da humanidade, mas também traz herança história de desigualdades sociais que favorece ao seu esvaziamento e obsolescência. Com ínfimas políticas

públicas voltadas para a democratização da biblioteca e do conhecimento, as bibliotecas públicas ficam, muitas vezes, com viés elitista e conservador, que mais afasta os leitores que os congrega.

Porém, pode-se afirmar que é um espaço em constante reflexão, tanto do seu fazer como de sua existência na sociedade. Esta reflexão leva à adoção de políticas que envolvam a sua comunidade usuária, os serviços, o espaço e os produtos. Que possa contribuir, sobremaneira, para a melhoria da qualidade de vida da comunidade a qual está inserida. Que contribua de forma efetiva para o empoderamento, não apenas da biblioteca como organização imprescindível à sociedade, mas o empoderamento da própria comunidade. Que cada um possa ser parte da biblioteca e que a biblioteca possa ser parte de cada um. Que possam estabelecer um estado de pertencimento e dizer: agora eu vou à **minha** biblioteca.

REFERÊNCIAS

ARGENTI, P. A.; FORMAN, J. **The Power of corporate communication**: crafting the voice and image of your business. New York: McGraw-Hill, 2002.

BERNARDINO, M. C. R. **Gestão da imagem organizacional da biblioteca pública na sociedade da informação**: as bibliotecas polos do Estado do Ceará. 2013. 314f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/14419>. Acesso em: 7 ago. 2019.

BERNARDINO, M. C. R. Gestão do conhecimento e empoderamento: construção de uma política de atuação local da biblioteca pública cearense. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Marília, SP. **Anais Eletrônicos** [...]. Londrina,

PR: ANCIB; UEL, 2018. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIXENANCIB/xixenancib/paper/viewFile/1176/1573>. Acesso em: 18 ago. 2019.

BERNARDINO, M. C. R. Territorialidade e empoderamento da biblioteca pública. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, jul./dez., 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/14011/9747>. Acesso em: 12 ago. 2019.

BERNARDINO, M. C. R.; SUAIDEN, E. J.; CUEVAS-CERVERÓ, A. Auditoria e gestão da imagem para a biblioteca pública: aplicação da Teoria da Gestalt em bibliotecas públicas de Madrid. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa, PB. **Anais Eletrônicos** [...]. João Pessoa, PB: ANCIB; UFPB, 2015. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/view/3116/1111>. Acesso em: 8 ago. 2019.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**: a era da informação: sociedade, economia e cultura. 19. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009. v. 1.

COSTA, A. A. Gênero, poder e empoderamento das mulheres. In: **SEMINÁRIO de aprofundamento do trabalho com gênero no Pró-Gavião**: textos de apoio I. Vitória da Conquista, BA: Programa de Desenvolvimento Comunitário da Região do Rio Gavião, 2000. p. 35-45. Disponível em: <http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/textosapoio1.PDF>. Acesso em: 20 ago. 2019.

FAILLA, Z. (org.). **Retratos da leitura no Brasil**: 4. Rio de Janeiro: Sextante, 2016. Disponível em: http://prolivro.org.br/home/images/2016/RetratosDaLeitura2016_LIVRO_EM_PDF_FINAL_COM_CAPA.pdf. Acesso em: 30 ago. 2019.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES DE BIBLIOTECAS. **As bibliotecas e a implementação da Agenda 2030 da ONU**. IFLA, 2015. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/hq/topics/>

libraries-development/documents/libraries-un-2030-agenda-toolkit-pt.pdf. Acesso em: 22 ago. 2019.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES DE BIBLIOTECAS; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas**, 1994. Disponível em: <http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>. Acesso em: 17 ago. 2019.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Biblioteca pública**: princípios e diretrizes. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010. Disponível em: https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/miscelanea/2015/bibliotecapublica_principiosdiretrizes_edicao2.pdf. Acesso em: 12 ago. 2019.

JARAMILLO, O.; MONTOYA RÍOS, M. Revisión del concepto de biblioteca pública. In: JARAMILLO, O.; MONTOYA RÍOS, M.; ÁLVAREZ ZAPATA, D. (org.). **Biblioteca pública y lectura pública**. Medellín: Universidad de Antioquia, 2005. p. 17-40.

KOONTZ; C.; GUBBIN, B. **Diretrizes da IFLA para bibliotecas públicas**. Brasília: Briquet de Lemos, 2012.

MACHADO, E. C.; ELIAS JÚNIOR, A. C.; ACHILLES, D. O papel social das bibliotecas públicas no século XXI e o caso da Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 19, n. especial, p. 115-127, out./dez., 2014. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2263/1521>. Acesso em: 23 ago. 2019.

MENESES-TELLO, F. Bibliotecas y sociedade: el paradigma social de la biblioteca pública. **Investigación Bibliotecológica: Archivonomía, Bibliotecología e Información**, v. 27, n. 61, p. 157-173, set./dez., 2013. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0187358X13725589>. Acesso em: 20 ago. 2019.

MILANESI, L. Biblioteca pública: do século XIX para o XXI.

Revista da USP, São Paulo, n. 97, p. 97-70, mar./maio, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/61685/64574>. Acesso em: 29 ago. 2019.

OAKLEY, P.; CLAYTON, A. **Monitoramento e avaliação do empoderamento**. 2. ed. São Paulo: Instituto Polis, 2003. Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/928/928.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2019.

OLINTO, G. Bibliotecas públicas e o uso das tecnologias da informação e comunicação para o desenvolvimento social. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, p. 77-93, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/75/1/OLINTOInCid2010.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2019.

SANTOS, D. M. dos. **Espaços híbridos na cidade: interfaces computacionais para comunidades locais**. 2008. 453f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, SP, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde-17102008-112755/pt-br.php>. Acesso em: 8 ago. 2019.

SILVA, R. C. da. **Gestão de bibliotecas públicas no contexto híbrido: um estudo comparativo de bibliotecas híbridas no âmbito nacional e internacional em prol do desenvolvimento de comunidades**. 2017. 290f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista 'Júlio de Mesquita Filho', Marília, 2017. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/150798/silva_rc_me_mar_sub.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 27 jun. 2019.

SUAIDEN, E. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 52-60, maio/ago. 2000.

VALENTIM, M. L. P. O perfil das bibliotecas contemporâneas. In: RIBEIRO, Anna Carolina Mendonça Lemos; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gonçalves (org.). **Biblioteca do**

século XXI: desafios e perspectivas. Brasília: IPEA, 2016. p. 19-42. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7426/1/Biblioteca%20do%20s%C3%A9culo%20XXI_desafios%20e%20perspectivas.pdf. Acesso em: 29 jul. 2019.

VILLAFANE, J. **Imagem positiva:** gestão estratégica da imagem das empresas. Lisboa: Sílabo, 1998.